

A Pesquisa Documental nos Estudos Recentes em Administração Pública e Gestão Social no Brasil

Autoria: Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão, Fernando do Amaral Nogueira

Resumo:

O objetivo deste artigo é discutir o emprego da pesquisa ou análise documental na recente produção brasileira em administração pública e gestão social. De forma mais específica, pretende-se entender como a pesquisa ou análise documental vem sendo utilizada, com quais objetivos, e em que grau de detalhe e precisão seu procedimento é relatado.

Isso permite também contrastar a prática dessa técnica metodológica com algumas das recomendações presentes em trabalhos teóricos que aprofundaram o tema do uso desta metodologia e tentaram delimitá-la conceitualmente, como CELLARD (2008) e MAY (2004), entre outros, os quais são detalhados na seção teórica do artigo.

Busca-se, assim, contribuir para a melhoria do emprego desta metodologia de pesquisa nas pesquisas em gestão social e pública no Brasil.

Para isso, foi feita uma pesquisa documental nos artigos do ENANPAD entre 2005 a 2009, especificamente da temática de Administração Pública e Social. Foram encontrados 673 artigos no total, dos quais 28,5% declaram utilizar pesquisa ou análise documental. Em seguida, passou-se à leitura detalhada de cinco artigos de cada ano pesquisado, analisando questões pensadas a partir da revisão bibliográfica como descrição dos procedimentos na seleção e análise dos documentos, entendimento do contexto em que os documentos foram produzidos, entre outros pontos.

Os principais resultados do estudo mostram que em geral dá-se pouca atenção à descrição de como este método é utilizado, muitas vezes nem citando que documentos foram consultados, qual sua origem ou como foram analisados. Há uma tendência de se focar mais nessa questão se o objetivo de pesquisa estiver diretamente relacionado a um documento, ou a um tipo de material específico – como relatórios anuais de organizações, planos estratégicas ou de ação e balanços sociais. A técnica costuma estar acompanhada de outras tradicionais da pesquisa qualitativa, como entrevistas, questionários e observação, além de por vezes ser parte da metodologia de estudos de caso. Há uma considerável associação também de pesquisa documental com análise de conteúdo, já que muitas vezes o que se quer de um documento específico é extrair dele um sentido, uma representação de um pensamento ou ideologia subjacentes. Nesse ponto, seria interessante que os livros e textos que abordam a pesquisa documental dessem mais atenção às técnicas e procedimentos de análise de seu conteúdo.

A Pesquisa Documental nos Estudos Recentes em Administração Pública e Gestão Social no Brasil

1. Introdução

Se a permanente busca de maior rigor e consistência na escolha e adequada aplicação dos procedimentos metodológicos é um dos principais desafios da pesquisa acadêmica de uma forma geral, no campo das ciências sociais talvez ainda estejamos longe de alcançarmos maior consenso quanto às formas de categorizar e delimitar com maior precisão conceitual as possibilidades de adoção desta ou daquela metodologia de pesquisa.

Até mesmo em relação às denominações empregadas nas tipologias propostas parece haver mais diferenças do que semelhanças. RAUPP & BEUREN (2003, 77-9), em balanço ilustrativo no qual apresentam as tipologias preconizadas por oito trabalhos sobre metodologia nas ciências sociais publicados em língua portuguesa entre 1977 e 2002, mostram que cada um deles propõe uma tipologia diferente das demais para a classificação dos delineamentos de pesquisa.

A pesquisa ou análise documental – com frequência também denominada, “método documental” ou “técnica documental” (SÁ-SILVA, ALMEIDA & GUINDANI, 2009, p. 3), ou mesmo “investigação” ou “levantamento” documental – não parece fugir a esta regra. Para alguns, ela é vista como um “procedimento” (RAUPP & BEUREN, 2003), “estratégia” (HOCAYEN-DA-SILVA, ROSSONI & FERREIRA JÚNIOR, 2008), ou “técnica” para coleta de dados (CUNHA, YOKOMIZO & BONACIM, 2010), e para outros adquire em si mesma o status mais amplo de “delineamento” (GIL, LICHT & OLIVA, 2005) ou de “metodologia” (MAY, 2004; SÁ-SILVA, ALMEIDA & GUINDANI, 2009) de pesquisa. Entre as formas de delineamento propostas nos oito textos mencionados por RAUPP & BEUREN (2003), em cinco casos a pesquisa documental sequer figura entre as tipologias propostas, enquanto é classificada como “delineamento” propriamente dito em apenas um caso, e como “meio” ou “procedimento de coleta” nos outros dois¹.

De qualquer forma, apesar destas diferenças e qualquer que seja o contorno conceitual adotado, a pesquisa de caráter documental apresenta potencial de assumir cada vez maior relevância, sobretudo se considerarmos o quanto rapidamente vem crescendo a produção de dados, a diversificação dos suportes de registro, a velocidade da circulação de dados, e as próprias possibilidades de acesso aos múltiplos formatos de documentos na assim chamada era da informação. Não apenas os textos, mas também fotos, vídeos, bancos de dados e vários outros tipos de documentos de origem pública ou privada estão cada vez mais disponíveis e amplamente acessíveis aos pesquisadores, apresentando-se quase sempre como “matéria-prima” a ser lapidada sob múltiplos enfoques e infinitas possibilidades.

Ao mesmo tempo, a opção por este ou aquele delineamento de pesquisa, seja de forma exclusiva ou por conjugação de dois ou mais procedimentos de coleta e seleção de dados, requer esforço bastante mais cuidadoso do que uma simples escolha por este ou por aquele “pacote” já que, em pesquisa, não se trata de irmos às compras para escolher produtos ou para adotar modelos que pareçam mais “modernos” ou de melhor qualidade.

Para que a comunidade acadêmica reconheça como relevantes e válidos os resultados de qualquer pesquisa é condição indispensável que o percurso metodológico mostre-se não apenas adequado à análise do objeto ou do campo temático em questão, mas também que esteja ancorado teoricamente e desenhado de forma coerente com os objetivos da investigação proposta. É necessário evidenciar, discutir e justificar não apenas o objeto, as questões, e as hipóteses de pesquisa, mas também vantagens e limites do método adotado em cada caso.

Essa preocupação com o desenho metodológico parece ainda mais importante quando a abordagem é de cunho qualitativo. Talvez pela inexistência de padrões mais amplamente aceitos de mensuração (como ocorre com maior frequência nas abordagens quantitativas), as

pesquisas que adotam exclusiva ou predominantemente métodos qualitativos estão sujeitas a maior grau de subjetividade tanto em seus procedimentos quanto nas formas de seleção e organização dos dados, aumentando os riscos de interpretações enviesadas. É por isso, entre outras razões, que a maior parte dos autores que refletem sobre os métodos qualitativos de pesquisa insistem quanto à importância da maior clareza possível no relato dos procedimentos adotados por parte dos pesquisadores. Se não é viável (e, para muitos autores, nem mesmo desejável) buscar uma objetividade absoluta, cabe ao menos ser o mais transparente possível.

Se essas premissas e a preocupação com a visibilidade dos processos de busca e construção do conhecimento são amplamente aceitas na pesquisa social de uma forma geral, elas parecem imprescindíveis em campos temáticos e objetos de estudo direta ou indiretamente relacionados à área da administração pública e gestão social².

De forma coerente com as diversas formas de luta pela democratização do Estado e pela garantia de direitos, cresce a demanda pela maior participação nos processos decisórios e abrangência dos resultados. Torna-se imperativo avançar na transparência quanto ao uso dos recursos públicos, à priorização para a prestação de serviços e à execução de programas sociais. Da mesma forma, também são os poderes Legislativo e Judiciário cada vez mais exigidos a respeito, e não parece ser outra a tendência quanto ao acompanhamento da sociedade no que diz respeito à crescente atuação das organizações não-governamentais e mesmo de empresas que atuam nas diversas arenas públicas ou na provisão dos bens públicos, com a emergência da responsabilidade social e ambiental como tema cada vez mais relevante no âmbito das diversas formas de regulação do mercado e das relações internacionais.

Assim, ao pesquisar (e principalmente avaliar) processos e resultados relacionados à esfera pública, seria incoerente que a comunidade acadêmica não buscasse avançar na discussão detalhada de questões tais como seus próprios critérios de preferência para a construção ou adoção deste ou daquele percurso metodológico. Assim, pela sua própria vocação, parece decorrência lógica que o campo investigativo em administração pública e gestão social procure imprimir confiabilidade cada vez maior aos seus estudos já que, por definição, estes objetivam também fornecer parâmetros e subsidiar a melhoria e aperfeiçoamento das escolhas realizadas por governantes, burocratas, representantes e eleitores de uma forma geral.

Considerado esse contexto mais amplo, o objetivo deste artigo é discutir, ainda que de forma preliminar, o emprego da pesquisa ou análise documental na recente produção brasileira em administração pública e gestão social. Para isso, utilizamos uma amostra aleatória de 25 artigos apresentados nesta área temática nos Encontros da ANPAD (ENANPAD) nos anos de 2005 a 2009.

De forma mais específica, pretende-se entender como a pesquisa ou análise documental vem sendo utilizada, com quais objetivos, e em que grau de detalhe e precisão seu procedimento é relatado. Isso permitirá também contrastar a prática dessa técnica metodológica com algumas das recomendações presentes em trabalhos teóricos que aprofundaram o tema do uso desta metodologia e tentaram delimitá-la conceitualmente, como CELLARD (2008) e MAY (2004), entre outros, a respeito dos quais destacamos na seção seguinte algumas das principais possibilidades e alguns limites que apontaram acerca desta técnica de pesquisa documental. Em seguida, apresenta o percurso metodológico utilizado neste estudo, descrevendo a seleção de artigos de 2005 a 2009 dos encontros da ENANPAD e os critérios adotados para sua análise. Vêm então a apresentação dos dados encontrados e sua análise. Por fim, apresenta-se a conclusão do artigo, discutindo os resultados encontrados e propondo-se questões para pesquisas futuras.

Busca-se, assim, contribuir para a melhoria do emprego desta metodologia qualitativa de pesquisa nas pesquisas em gestão social e pública no Brasil, já que os resultados desta pesquisa inicial mostra ser quase inexistente a discussão em torno do uso desta modalidade de

delineamento de pesquisa no campo da administração pública no país, ainda que, conforme se verá, não sejam poucos os autores que informam adotá-la nos estudos que desenvolvem.

2. A pesquisa ou análise documental – aspectos conceituais, possibilidades e limites

Se parecem ser diversas as percepções acerca da categorização ou do *status* da pesquisa documental enquanto delineamento de pesquisa, procedimento metodológico ou simples técnica de coleta de dados, o que permite afirmar ser este um conceito ainda em fase de discussão no campo científico em busca de elaboração mais refinada, alguns aspectos e características a respeito parecem ser convergentes, seja pelo amadurecimento teórico desta discussão, seja pelo aprendizado prático gerado pela sua aplicação científica, o que vem gerando um reconhecimento compartilhado acerca do potencial do uso e de análise dos mais diversos tipos de documentos por parte de diferentes campos disciplinares.

Um primeiro aspecto a ser ressaltado quanto a esta percepção convergente diz respeito às origens e, portanto, a um uso mais disseminado da pesquisa documental no campo da história (CELLARD, 2008; MAY, 2004; BOSCHI, 1986; RAUPP & BEUREN, 2003; CUNHA, YOKOMIZO & BONACIM, 2010) e, ainda que em menor medida, também em outras áreas do conhecimento quando estas buscam olhar a realidade a partir de uma perspectiva histórica. O próprio título – “Pesquisa documental: escavações e evidências” – capítulo dedicado ao tema no livro de MAY (2004) é sugestivo a respeito.

Mais que isso, a intimidade deste campo do conhecimento com o documento enquanto matéria-prima já engendrou, do ponto de vista epistemológico, importante crítica quanto ao uso e à maneira como os historiadores o percebem. Michel Foucault é referência praticamente obrigatória a respeito. Uma passagem d’A Arqueologia do Saber é bastante elucidativa a respeito desta mudança de percepção que permite que ao uso do documento a transposição dos limites impostos pelo seu uso como mera matéria bruta destinada ao resgate de uma memória idealizada para algo com o qual dialogamos, reconstruímos o conhecimento e reinterpretamos o mundo:

(...) por uma mutação que não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não interpretar se diz a verdade nem qual é o seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. É preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças; ela é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc.) que apresenta sempre e em toda a parte, formas de permanência, quer espontâneas, quer organizadas. O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, *memória*; a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar *status* e elaboração à massa documental de que ela não se separa (FOUCAULT, 2008, pp. 7-8, grifos no original).

Outro aspecto no qual a posição parece convergente é dia respeito ao uma visão ampliada de documento que vai muito além dos registros escritos. Além da mencionada referência de Foucault a respeito, também outros autores, mesmo quando preocupados mais especificamente com a discussão metodológica sobre o uso da documentação escrita (CELLARD, 2008; MAY, 2004) ressaltam, exemplificando com ampla gama de exemplos, que a noção de documento não pode ficar restrita ao que está escrito. A arquitetura e as diversas linguagens ou formas de expressão das artes plásticas em geral são lembradas como constituindo riquíssimas fontes documentais. Mais do que o “escrito”, para o estudioso, todo e qualquer tipo de testemunho registrado constitui documentação que pode ser aproveitada (CELLARD, 2008). MAY (2004) refere ainda uma ampla lista de possibilidades, que varia entre muitas formas de registro escrito (por exemplo, desde anais de congressos até histórias orais) e não escrito (fotografias, por exemplo).

Os autores por nós consultados parecem também convergir quanto ao ponto de vista de que a pesquisa documental baseada em variadas fontes garante maiores possibilidades para um sólido teste de hipóteses de trabalho, para o aprofundamento do conhecimento sobre o objeto, e para consolidar conclusões. Mas, mesmo o uso de uma única fonte ou tipo de documento pode também abrir novas perspectivas e possibilitar múltiplas formas de investigação. É nesse sentido que, ainda no campo da história, dois exemplos são ilustrativos destas possibilidades.

No primeiro caso (variadas fontes documentais), em seu estudo sobre os pobres na Idade Média, no qual a técnica da pesquisa documental foi de ampla envergadura mesmo considerando-se que “não se encontram fundos documentais específicos dos pobres em país algum”, MOLLAT (1989, 293) refere a utilização de extensa lista de fontes documentais tais como as relativas à assistência, e as de caráter administrativo, judiciário, literário, iconográfico, e cita, entre tantas outras, os “sermões, manuais de confessores, tratados de educação, obras espirituais, teológicas e canônicas, biografias, vidas de santos” (idem), isto apenas para citarmos algumas do conjunto de fontes que denominou como de caráter religioso. Já quanto à multiplicidade de perspectivas e interesses analíticos que um único tipo de fonte documental pode propiciar, o texto de BOSCHI (1986) é bastante ilustrativo já que nele o autor busca justamente

descrever a experiência pessoal de pesquisa com um tipo de documento aparentemente hermético – os *compromissos* das irmandades mineiras – que, mesmo não tendo sido objeto de nosso trabalho, gerou uma mudança de perspectiva metodológica, além de abrir amplos e variados caminhos para outros projetos de pesquisa, ante a sua incontestável fertilidade informativa (BOSCHI, 1986, p. 61).

Os autores aqui referidos buscam analisar ou mencionam a pesquisa documental com diferentes interesses. Em alguns casos, discutem centralmente a pesquisa documental de forma mais aprofundada no campo específico da história (CELLARD, 2008; BOSCHI, 1986), em outros olham o tema com interesse voltado ao potencial de seu uso na pesquisa em ciências sociais de uma forma geral (MAY, 2004; RAUPP & BEUREN, 2003; SÁ-SILVA, ALMEIDA & GUINDANI, 2009). Busca-se ainda alertar sobre os limites e as precauções da pesquisa documental para o adequado estudo das organizações (CUNHA, YOKOMIZO & BONACIM, 2010), ou então a pesquisa documental é simplesmente referida (sem interesse de aprofundamento específico a respeito) entre outras formas de delineamento de pesquisa na área da administração de uma forma geral (GIL, LICHT & OLIVA, 2005) ou entre outras modalidades de “estratégia qualitativa de pesquisa” no campo específico da administração pública e gestão social (HOCAYEN-DA-SILVA, ROSSONI & FERREIRA JÚNIOR, 2008).

Mas, mesmo que mencionados apenas por este ou aquele autor, nos parece importante ressaltar alguns outros aspectos por eles abordados de forma a melhor compreendermos o tema, ainda que nestes casos não se possa evidentemente falar em convergência (e nem em divergência) de pontos de vista.

MAY, por exemplo, menciona que, frente a alguns problemas que, em termos práticos, limitam a pesquisa documental em variadas situações, é bastante frequente o uso deste delineamento de pesquisa de forma conjugada com outros (2004, p. 214). Na mesma linha, embora por razões diversas, GIL, LICHT & OLIVA (2005) alertam para alguns riscos do uso da documentação com fonte única de dados, sendo mais adequado adotá-la na forma de triangulação com outras formas de coleta de dados de forma a garantir-se maior confiabilidade ao estudo. Com o mesmo tipo de preocupação, CUNHA, YOKOMIZO & BONACIM (2010) nos alertam acerca de cinco tipos de “miopias” que a análise documental pode engendrar – a miopia do “contexto social”, do “conhecimento prévio”, do “conteúdo pré-estabelecido”, da “retórica” e da “fonte única de dados”, propondo estratégias de pesquisa que devem complementar a análise de documentos de forma a superarmos as limitações recorrentes da pesquisa documental.

Embora ambos valorizem a pesquisa documental como relevante e promissor caminho para a pesquisa nas ciências sociais, tanto CELLARD (2008) quanto MAY (2004) chamam atenção para o fato de que os processos de procura e de seleção de documentos a serem analisados devem estar seguramente amparados na clara formulação das questões e das hipóteses de pesquisa. E, ainda que o próprio processo de contato com as fontes potencialize mudanças de rota (e é desejável que assim seja), a pesquisa documental fica comprometida ou é até mesmo inviabilizada se formos às fontes sem a devida clareza do que pretendemos buscar nelas.

Outra questão diz respeito à confusão bastante comum que se faz entre a pesquisa bibliográfica, pesquisa ou análise documental, e ainda as técnicas de análise de conteúdo. Uma rápida busca de textos acadêmicos na internet por meio da ferramenta Google é ilustrativa a respeito desta confusão existente entre pesquisa documental e levantamento bibliográfico mencionada no estudo de RAUPP & BEUREN (2003, p. 89). Os esforços de categorização ou de tipificação dos documentos escritos pouco parecem ajudar acerca desta dificuldade, já que um texto acadêmico poder ser analisado sob vários pontos de vista e diferentes técnicas de abordagem.

O estabelecimento das fronteiras e o uso de cada texto (e, portanto, também a forma como é analisado) depende assim do interesse do pesquisador, e não da natureza do documento. Uma coisa é o documento enquanto fonte (seja ele uma carta, uma lei ou um texto acadêmico), outra é a pesquisa documental que, ao estabelecer um “diálogo” entre sujeito e objeto, pode potencializar novos conhecimentos e mudanças de perspectivas. Nesse sentido, qualquer fonte de dados nada é em si mesma, mas parece poder se materializar em múltiplas possibilidades conforme os interesses e habilidades do pesquisador que busca explorá-la.

2.1 Algumas pistas sobre a pesquisa documental no campo da administração pública e gestão social no Brasil

Se estas e outras discussões parecem mais bem sedimentadas para historiadores ou outros estudiosos que adotam a perspectiva histórica, a crescente velocidade com que são produzidos, disponibilizados e com a qual circulam variados tipos de registros em diferentes suportes informacionais expande consideravelmente a facilidade do emprego da pesquisa documental nas diversas áreas do conhecimento. Com o advento da internet vem crescendo de forma muito rápida não apenas o volume de informações registradas, armazenadas, processadas, transmitidas, distribuídas, disseminadas ou simplesmente disponibilizadas para

consulta para serem acessadas por qualquer interessado em questão de instantes, mas multiplicam-se também as formas pelas quais as informações são organizadas para consulta.

Além disso, as possibilidades relativas às mídias interativas permitem que em muitos casos quase se extinga o lapso de tempo entre a produção e a ampla disseminação de qualquer informação. Neste contexto de “hiperinformação”, tornam-se cada vez mais relevantes também as chamadas ferramentas de busca na internet que, desenvolvidas em vários formatos, talvez, devessem ser mais apropriadamente chamadas de ferramentas de seleção de documentos. O que fazem basicamente é, uma vez definidos os critérios de escolha pré-determinados, não mais do que selecionar e ordenar listas de documentos, nas mais diversas formas, aos quais o usuário pode ter acesso.

Para o campo da administração pública, sobretudo na medida em que avançam as democracias, as pesquisas parecem ser cada vez menos limitadas por conta de eventuais dificuldades de acesso aos registros escritos. No caso brasileiro o avanço nesse sentido tem sido considerável, e tanto os levantamentos estatísticos quanto a maior parte dos atos administrativos são disponibilizados para consulta em prazo bastante breve. Com algumas poucas exceções – entre as quais é exemplo lapidar, infelizmente, a ainda persistente resistência à abertura dos arquivos da ditadura militar – o que predomina é a ampla disponibilidade das mais diversas fontes de consulta relativas ao ciclo orçamentário, aos trâmites de projetos de leis, aos dados sobre os mais diversos programas sociais etc., facilitando em grande medida o acompanhamento do cotidiano do poder público.

Evidentemente, a abundância de fontes e a facilidade de acesso aos documentos em nada eliminam ou diminuem a necessidade de que sejam analisados desde uma perspectiva crítica, que busque uma adequada compreensão acerca do contexto social, político e cultural no qual são produzidos, sobre os autores (sejam instituições ou pessoas) e os interesses que representam, sobre a autenticidade e credibilidade dos dados que veiculam, sobre a natureza ou o papel social dos textos (ou seja, para que e a quem se destinam), e também algum domínio, ainda que básico, dos jargões, conceitos-chave, estrutura, e termos técnicos que contém (CELLARD, 2008) e, ainda, do próprio processo em que são produzidos. Enfim, a apreensão de sua lógica interna e da finalidade última de sua produção não pode ser menosprezada.

A discussão sobre a pesquisa documental vem sendo pouco explorada na área da administração no Brasil. No caso da base bibliográfica da ANPAD, com a exceção do já referido trabalho de CUNHA, YOKOMIZO & BONACIM (2010), e a julgar pelos títulos dos textos localizados pela ferramenta de busca de sua página eletrônica, para os 14 anos (1997 a 2010) para os quais estão disponibilizados os anais de seus encontros anuais em meio eletrônico, não localizamos nenhum outro trabalho no qual o interesse específico de investigação seja a análise documental. No campo da administração pública, a busca foi ainda mais detalhada, mas igualmente infrutífera³.

Apesar disso, conforme se verá na tabela 1, entre 2005 e 2009, em 28,5% dos trabalhos (192 em 673 casos) a pesquisa ou análise documental é referida pelos autores como delineamento, metodologia, ou técnica de coleta de dados empregadas nas investigações realizadas. Para esta contagem, foi utilizado como critério apenas a existência nos textos de alguma afirmação por parte de seus autores quanto ao emprego da pesquisa ou análise documental (aí incluídas algumas variações destas denominações).

Usando critérios de seleção diferenciados e realizando análise mais minuciosa do que aqui foi possível, o trabalho de GIL, LICHT & OLIVA (2005), voltado à discussão da utilização de estudos de caso na pesquisa em administração, contabilizou 35 “pesquisas documentais” entre os 268 trabalhos apresentados no XXVI Encontro Nacional de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD), realizado em 2002, que os autores consideraram como resultantes de “produtos de pesquisa de campo, de laboratório ou documental”,

representando uma incidência de 13,1% neste total de artigos, percentual superado apenas pelos totais de publicações que adotaram delineamentos de pesquisa denominados pelos autores como “levantamentos” (117 ocorrências ou 43,6%) e como “estudos de caso” (90 ocorrências ou 33,5%) (idem, 50-1) ⁴. Entretanto, analisando especificamente as “fontes de evidência utilizadas nos estudos de caso, os autores constataram que em todos os 77 casos para os quais há esclarecimento a respeito, ocorreu a utilização de “documentação”, sempre de forma conjugada a outras técnicas (entrevista, questionário, observação etc.) (ibidem, 52, tabela 3). Em parte, este emprego dúbio da idéia de documento ora como referência às fontes consultadas, ora como metodologia de pesquisa, pode ajudar a compreendermos porque, em tantas ocasiões, os autores referem-se à análise documental como técnica de pesquisa mesmo em situações em que a simples consulta a um outro documento ou mesmo referência bibliográfica é adotada de forma absolutamente lateral como um complemento para obtenção de uma outra informação.

Por sua vez, o trabalho realizado por HOCAYEN-DA-SILVA, ROSSONI & FERREIRA JÚNIOR (2008), também relativo ao ENANPAD, e cobrindo a totalidade dos trabalhos apresentados para o período de 2000 a 2005 no que diz respeito apenas às subáreas de “administração pública” e “gestão social”, de um total de 549 artigos, classificou 318 como pesquisas do tipo qualitativo ou “multimétodos”. Entre estas, 177 (55,7%) foram caracterizadas pelos autores como estudos de caso, e outras 93 (ou 29,2%) como tendo utilizado a estratégia de pesquisa documental.

Uma caracterização preliminar dos artigos por nós analisados, sem a pretensão de buscarmos contabilizar a incidência de algumas situações, já que esta não foi a proposta deste estudo, permite perceber que seguramente é considerável o número de pesquisas em administração pública e gestão social em que não é seguida nenhuma das estratégias preconizadas por MAY (2004) quanto à apresentação da forma como foram obtidos os dados, limitando-se, muitos deles, a meramente referir fontes de informação nas quais, em muitos casos, seguramente uma verificação minuciosa desautorizaria referência rigorosa ao emprego da análise documental. Outra evidência é a predominância dos estudos de casos entre os artigos que adotaram a pesquisa documental, em grande parte das situações de forma conjugada com entrevistas (e, em menor escala, com outras técnicas), seja com o intuito de que a pesquisa documental permita uma aproximação preliminar com o objeto de estudo, seja como forma de complementação de informações a partir da análise dos dados coletados por meio de outros procedimentos, e principalmente por meio de esforços concomitantes com a preocupação ou não do uso da triangulação para a confrontação dos achados.

Ainda que, ao que parece, com menor incidência, também há estudos que utilizam apenas a análise de documentos como procedimento metodológico, e outros casos nos quais a pesquisa documental se vale de técnicas de análise de conteúdo para confrontar discursos e práticas, ou para a busca de evidências que permitam confrontar o objeto com modelos teóricos de interpretação da realidade preconizados por autores dedicados a esta ou aquela área de interesse.

Vale mencionar, a título de exemplo, alguns artigos que, nos parecem, evidenciam um uso mais apurado da análise documental e maior cuidado na apresentação dos procedimentos adotados, ainda que eles não tenham sido incluídos na amostra aqui selecionada por terem sido publicados em encontros realizados em anos anteriores ao período aqui analisado. A pesquisa de SOUZA & SAMPAIO chama atenção por ter encadeado articuladamente a pesquisa documental com a realização de um survey: “A coleta de dados ocorreu em duas etapas e com diferentes finalidades. Na primeira para fundamentar, teoricamente, o assunto e mapear o Programa [objeto da pesquisa], foram coletados dados por meio de análise documental” (2002, p. 8). No mesmo sentido, o artigo de CHERMAN & TOMEI (2003) resultou de estudo que adotou ampla pesquisa documental como estratégia inicial que

delineou a investigação como um todo, servindo os documentos como fonte rica de material em si mesma e que orientaram a etapa seguinte do trabalho de campo, incluindo o desenho das entrevistas e a própria definição dos informantes-chave em cada organização pesquisada.

3. Metodologia

A pesquisa realizada para este artigo é exploratória quanto aos seus objetivos, qualitativa quanto à abordagem, e utiliza a pesquisa documental como principal procedimento metodológico. A pesquisa bibliográfica também é utilizada para embasar a seção teórica vista anteriormente. Cabe, agora, explicar o porquê da escolha do ENANPAD como fonte de artigos, como foram selecionados os trabalhos pesquisados e como foi feita sua análise.

3.1. Foco no ENANPAD

A ANPAD – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração foi criada em 1976 e é hoje o principal fórum acadêmico na produção e disseminação de pesquisa e conhecimento em ciências administrativas e contábeis no Brasil (ANPAD, 2010a).

Uma de suas principais realizações são os encontros promovidos em torno de temas da administração. O maior e mais tradicional desses encontros é o ENANPAD, realizado anualmente em setembro. A organização declara ser esse “o maior evento da comunidade científica e acadêmica de administração no país. [...] nos últimos três anos, em cada evento cerca de 3000 trabalhos nas diversas áreas temáticas foram submetidos à apreciação, dos quais, aproximadamente, 800 foram apresentados” (ANPAD, 2010b).

A justificativa da escolha de artigos desse encontro como objetos de pesquisa também se dá pois uma das áreas temáticas, Administração Pública e Gestão Social (APS), tem como foco a gestão pública e social, distribuídos em 2009 em temas de pesquisa como relações entre Estado, administração pública, mercado e sociedade, federalismo, capital social, formulação e gestão de políticas públicas e sociais, accountability, entre muitos outros (ANPAD, 2010c).

Para a realização desta pesquisa, foram escolhidos portanto artigos destes encontros, nos anos de 2005 a 2009. Optou-se por esse período pois foram cinco encontros seguidos em que a nomenclatura da área – Administração Pública e Social – foi mantida sem alterações, favorecendo a comparação de trabalhos. Esse procedimento será detalhado a seguir.

3.2. Levantamento, leitura e classificação

Os artigos foram pesquisados nas bases eletrônicas (CDs com os anais) e em seguida os artigos foram baixados do site da ANPAD (ANPAD 2010d, 2010e, 2010f, 2010g, 2010h). Dentre os artigos disponíveis na divisão APS, descrita acima, foram selecionados trabalhos que continham algumas das seguintes expressões: pesquisa documental, análise documental, documento, documentos. Houve uma leitura inicial para verificar se os termos efetivamente se referiam à metodologia da pesquisa, resultando no descarte de alguns trabalhos.

De 686 artigos nessa divisão nestes cinco anos, em 192 os autores declararam utilizar alguma forma de pesquisa documental como parte de seus procedimentos de pesquisa. Assim, 28,5% dos artigos a utiliza, conforme a seguinte distribuição para os anos selecionados:

Tabela 1: distribuição de artigos na divisão APS com menção à pesquisa documental em sua metodologia

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	total
Artigos em APS	125	133	150	154	111	673
Com Pesquisa Documental	30	33	48	51	30	192
Proporção	24,0%	24,8%	32,0%	33,1%	27,0%	28,5%

Fonte: autoria própria com base em ANPAD (2010d, 2010e, 2010f, 2010g, e 2010h)

Optou-se por trabalhar de forma aprofundada com uma amostra de cinco textos selecionados aleatoriamente por ano, cuja relação se encontra em apêndice. Procedeu-se então à leitura crítica destes 25 textos, com ênfase no resumo, na introdução, na seção de metodologia (quando existente) e na apresentação dos dados e/ou resultados, para verificar se havia alguma menção ao uso dos documentos coletados. Essa leitura foi ajudada pelas ferramentas de busca de leitores de *pdf*, sempre pesquisando por termos como metodologia, documento, pesquisa, entre outros. Os resultados da leitura foram tabulados em planilha que já continha categorias previamente definidas, como explicado no próximo item.

3.3 Categorias para análise

A planilha continha três grandes itens, divididos em várias colunas:

- identificação geral do trabalho;
- visão geral da metodologia;
- visão específica sobre o uso da pesquisa documental (cujas questões de análise vieram a partir da revisão teórica).

Para identificação geral do trabalho, foram indicados o ano do trabalho, seu título, autores, resumo e questão de pesquisa.

Para a visão geral da metodologia, foi resumida uma descrição da metodologia, qual sua abordagem (qualitativa, quantitativa, mista), e se houve o uso de outras técnicas em combinação à pesquisa documental.

Finalmente, na visão específica sobre o uso da pesquisa documental buscou-se listar inicialmente se havia menção de preparação para a técnica, de como a técnica foi usada, da forma de análise dos documentos e de suas fontes. Além disso, foi feito um julgamento sobre a importância aparente da técnica quanto à metodologia do trabalho. Por último, queria-se saber se havia alguma menção de referência bibliográfica que justificasse ou desse base ao uso dessa técnica metodológica.

É interessante detalhar como foi feito o julgamento da relevância da pesquisa documental frente à metodologia como um todo. A leitura de alguns poucos artigos já deixou claro que havia grande variação nesse ponto. Assim, classificou-se a importância em três níveis – como **centro** da pesquisa, como **parte**, ou como **complemento**.

Entende-se que a pesquisa documental é **centro** da pesquisa quando um documento (ou um tipo de documento, como relatórios anuais e balanços sociais) é ponto fulcral do objetivo de pesquisa do artigo. Ademais, outras técnicas de pesquisa como entrevistas ou observação participantes não são utilizadas, ou o são de forma a complementar a análise do documento. Além disso, a descrição dos procedimentos com a pesquisa documental costuma ser detalhada.

Dizer que a pesquisa documental é **parte** da metodologia corresponde a trabalhos em que há o uso de diversas técnicas de pesquisa – entrevistas, *surveys*, observação participante, análise de conteúdo, entre outras –, mas os documentos apresentam relevância em âmbito geral ou específico (por exemplo, para comparar com a visão de entrevistados). Há uma descrição minimamente consistente de como a técnica foi utilizada, no mínimo citando que documentos foram utilizados e sua fonte.

Finalmente, artigos em que a pesquisa documental foi vista como **complemento** não costumam ir além de citar a técnica em seu resumo e/ou em sua seção metodológica. Muitas vezes nem são citados que documentos foram pesquisados nem como foi feita sua utilização⁵. Imagina-se que o autor apenas utilizou documentos variados que tiveram alguma utilidade para achar dados específicos ou complementar o que foi devidamente encontrado por meio de entrevistas e observação participante, sobretudo. Descritos os procedimentos desta pesquisa, passa-se a seguir ao relato dos dados encontrados.

4. Dados encontrados e análises

Os temas dos artigos estudados eram os mais variados possíveis – análise de gestão pública, estudo orçamentários municipais, implementação e avaliação de políticas públicas, desafios da gestão social, problemas e estudos de casos em associações e fundações empresariais, análise do discurso da responsabilidade social empresarial, entre outros.

A diversidade de temas também se refletiu na variação da qualidade e da profundidade da atenção dada à metodologia, em geral, e à pesquisa documental, em particular.

4.1. Visão geral sobre metodologia

Antes de entrar na discussão sobre a pesquisa documental, é interessante descrever brevemente como é a visão metodológica dos trabalhos em geral.

Tabela 2: Tem seção específica para metodologia?

Sim	19
Não	6
Total	25

Fonte: autoria própria.

As que não têm seção, em geral, descrevem a metodologia em um ou dois parágrafos ao final da introdução. Uma preocupação comum deste espaço era deixar claro a abordagem da pesquisa, conforme se vê na tabela a seguir.

Tabela 3: Tipo de abordagem metodológica

Qualitativa	22
Mista, mas principalmente qualitativa	2
Quantitativa	1
Total	25

Fonte: autoria própria

Chama atenção o predomínio da abordagem qualitativa. Ainda não é possível dizer se isso é um viés da amostra selecionada, se é uma característica das pesquisas que fazem uso de documentos ou mesmo se é típico das pesquisas em geral em gestão pública e social. É interessante apontar também que 11 destes 25 artigos se caracterizam como estudo de caso (dos quais dez de caso único e apenas um de múltiplos casos), o que talvez ajude também a explicar a predominância dos artigos qualitativos.

Um dos pontos mais interessantes é entender com que outras técnicas a pesquisa documental se combina ⁶.

Tabela 4: Outras técnicas encontradas

Observação	6
Análise de conteúdo / de discurso	7
Entrevistas	16
Total	29

Fonte: autoria própria

É interessante notar que na seção metodológica entrevistas e análise de conteúdo eram as técnicas mais detalhadas. Quando muitas vezes mal eram mencionados os documentos pesquisados, havia parágrafos e parágrafos explicando a seleção dos entrevistados, o roteiro de entrevista, as bases teóricas e procedimentais da análise de conteúdo etc.

Além disso, quando havia citação de fontes bibliográficas a fundamentar as técnicas de pesquisa, via de regras os textos vinham de suporte ou à pesquisa qualitativa em geral ou a estas duas técnicas – entrevistas e análise de conteúdo – em particular. Em apenas três textos se encontrou alguma menção de fonte bibliográfica relacionada à pesquisa documental.

4.2. Sobre pesquisa documental

Um primeiro aspecto a se observar é que os artigos, em sua grande maioria, não apresentam maior reflexão sobre a prática da pesquisa documental. Quando muito, há procedimentos descritos em algum nível de detalhe. Chama a atenção que apenas cinco mencionam algum tipo de preparação antes da pesquisa documental.

É verdade que 15 descrevem algum tipo de cuidado na análise dos documentos, em especial os que declaram especificamente fazer uso da análise de conteúdo nos documentos⁷. Ainda assim, varia muito o nível de cuidado e detalhe com que tais ações são listadas.

Quanto à fonte dos documentos, novamente se encontra uma situação quase precária. Quando há um esclarecimento, na grande maioria dos casos os documentos provêm da organização estudada (muitas vezes de forma genérica – “foram utilizados documentos da organização X”, sem dizer de qual departamento, alçada, ou mesmo que tipo de documento). São raros os casos onde é possível precisar se as fontes são públicas ou privadas, ou ainda se são do tipo arquivado ou não-arquivado.

4.3. Análise dos dados

A partir das evidências encontradas, foi possível classificar os artigos nas categorias explicadas na seção metodológica, conforme se vê a seguir.

Tabela 5: classificação dos artigos quanto à relevância da pesquisa documental

Centro	5
Parte	12
Complemento	6
Não é possível classificar	2
Total	25

Fonte: autoria própria

Vê-se assim que a pesquisa documental apresenta alguma relevância na pesquisa em gestão social e pública, ainda que os cuidados com a descrição de sua aplicação deixem a desejar. Para além dessa classificação, é possível pensar em outros três aspectos que sobressaem na reflexão sobre os resultados encontrados:

- *Pesquisa documental como “dada”* – em muitos artigos, parece não se sentir a necessidade de se detalhar essa técnica, seja por que não se considera relevante, seja por que nem se parou para pensar no assunto. A técnica é pequena parte no artigo como um todo, praticamente não há descrição de procedimentos ligados a ela, não deixa claro quais são os documentos, como foram selecionados ou analisados;
- *Pesquisa documental como centro em função do objeto de pesquisa* – em alguns trabalhos, a maior atenção se explica pelo objetivo declarado. Aqui, por exemplo, se encontram a análise de relatórios, orçamentos, balanços – documentos padronizados e considerados como válidos e representativos de uma prática organizacional;
- *Pesquisa documental como suporte à análise de discurso* – finalmente, alguns artigos fazem uso da pesquisa documental como fonte do texto que será analisado, mas com as considerações metodológicas focadas mais em análise de discurso do que em documento.

5. Considerações finais

Este artigo procurou entender como a pesquisa documental vem sendo utilizada como procedimento metodológico em pesquisa nas áreas da gestão pública e social no Brasil, por meio da leitura de 25 artigos apresentados à divisão APS dos ENANPAD de 2005 a 2009.

Viu-se que o uso desta técnica, geralmente associado a pesquisas qualitativas, é considerável, chegando a 28,5% dos artigos como um todo. Ainda assim, via de regra, dá-se pouca atenção à descrição de como este método é utilizado, muitas vezes nem citando que documentos foram consultados, qual sua origem ou como foram analisados. Há uma tendência de se focar mais nessa questão se o objetivo de pesquisa estiver diretamente relacionado a um documento, ou a um tipo de material específico – como relatórios anuais de organizações, planos estratégicas ou de ação e balanços sociais.

Esta técnica costuma estar acompanhada de outras tradicionais da pesquisa qualitativa, como entrevistas, questionários e observação, além de por vezes ser parte da metodologia de estudos de caso. Há uma considerável associação também de pesquisa documental com análise de conteúdo, já que muitas vezes o que se quer de um documento específico é extrair dele um sentido, uma representação de um pensamento ou ideologia subjacentes. Nesse ponto, seria interessante que os livros e textos que abordam a pesquisa documental dessem mais atenção às técnicas e procedimentos de análise de seu conteúdo.

As discussões feitas aqui não pretendem esgotar o assunto. Pelo fato de trabalhar com uma amostra selecionada, não é possível buscar uma generalização ou mesmo dizer se é possível perceber nitidamente alguma uma tendência ao longo dos últimos anos em qualquer direção - se de um uso mais ou menos rigoroso do método. Mesmo assim, considera-se que os pontos levantados a partir da leitura dos 25 artigos já trazem reflexões valiosas e que merecem maior aprofundamento.

Como uma de suas principais contribuições, a pesquisa feita para esse artigo deixa algumas questões para aprofundamento em estudos futuros:

- por qual razão há tão pouca preocupação em relatar em mais detalhes os procedimentos da pesquisa documental? Uma pesquisa de campo entrevistando pesquisadores da área poderia trazer resultados interessantes para iluminar essa questão.
- como a ampliação no uso e na disseminação de novos meios tecnológicos tem impactado a pesquisa documental? Os novos formatos (vídeo, som, hipertexto etc.) têm sido considerados como fonte válida para pesquisa? Há base teórica nova sendo criada para o uso de tais recursos?
- seria interessante também entender como essa técnica é ensinada nos cursos de pós-graduação voltados à gestão pública e social. Isso poderia fazer parte de um estudo mais amplo sobre o ensino e uso de metodologia em pesquisa no Brasil.

Referências

- ANPAD. **Apresentação**. Disponível em: http://www.anpad.org.br/sobre_apresentacao.php. Acesso em 14/junho/2010a.
- _____. **Eventos**. Disponível em: http://www.anpad.org.br/eventos.php?cod_evento=1. Acesso em 14/junho/2010b.
- _____. **ENANPAD 2009** – Temas de Interesse. Disponível em: http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=subsecao&cod_edicao_subsecao=439&cod_evento_edicao=45. Acesso em 14/junho/2010c.
- _____. **ENANPAD 2005** – Trabalhos Apresentados. Disponível em: http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=subsecao&cod_edicao_subsecao=30&cod_evento_edicao=9. Acesso em 3/junho/2010d.

- _____. **ENANPAD 2006** – Trabalhos Apresentados. Disponível em: http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=subsecao&cod_edicao_subsecao=149&cod_evento_edicao=10. Acesso em 3/junho/2010e.
- _____. **ENANPAD 2007** – Trabalhos Apresentados. Disponível em: http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=subsecao&cod_edicao_subsecao=280&cod_evento_edicao=33. Acesso em 3/junho/2010f.
- _____. **ENANPAD 2008** – Trabalhos Apresentados. Disponível em: http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=subsecao&cod_edicao_subsecao=391&cod_evento_edicao=38. Acesso em 3/junho/2010g.
- _____. **ENANPAD 2009** – Trabalhos Apresentados. Disponível em: http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=subsecao&cod_edicao_subsecao=506&cod_evento_edicao=45. Acesso em 3/junho/2010h.
- BOSCHI, Caio C. Os históricos compromissos mineiros: riqueza e potencialidade de uma espécie documental. **Acervo**. Rio de Janeiro, v.1, n.1, jan. / jun. 1986, p. 61-82.
- CELLARD, André. “A análise documental”. In: POUPART, Jean. **A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 295-316.
- CHERMAN, A. & TOMEI, P. A. **Códigos de Ética Corporativa e a Tomada de Decisão Ética: instrumentos de gestão e orientação de valores organizacionais?** Anais do Enanpad, 2003.
- CUNHA, J. A. C.; YOKOMIZO, C. A. & BONACIM, A. G. **Miopias de uma Lente de Aumento: as limitações da análise de documentos no estudo das Organizações**. XXXIV Encontro da Anpad – EnANPAD 2010. Rio de Janeiro: 25-29 set. 2010.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, 7ª edição.
- GIL, Antonio Carlos; LICHT, René Henrique Götz; OLIVA, Eduardo de Camargo. A utilização de estudos de caso na pesquisa em administração. **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**. Ano 2, v. 1, jan./abr.2005, p.47-56.
- HOCAYEN-DA-SILVA, Antônio João; ROSSONI, Luciano; FERREIRA Júnior, Israel. Administração pública e gestão social: a produção científica brasileira entre 2000 e 2005. **Revista de Administração Pública – RAP**. Rio de Janeiro, ano 42, v. 4, jul./ago. 2008, p. 655-80.
- MAY, Tim. “Pesquisa Documental: escavações e evidências”. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre, Artmed, 2004, p. 205-30.
- MOLLAT, Michel. **Os Pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Coord.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003, p.76-97.
- SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. & GUINDANI, J. P. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Ano I, n. I, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.rbhcs.com>>. Acesso em 17 abr. 2011.
- SOUZA, E. C. L. & SAMPAIO, A. M. M. **Análise de uma Política Pública de Formação de Recursos Humanos: o caso do Programa de Graduação Sanduíche para as Áreas Tecnológicas**. Anais do Enanpad, 2002.

Figura 1: Apêndice – Relação de artigos analisados

Nº / Ano / Ref. Enanpad	Título	Autor(es)
1 / 2009 / APS378	Nova Administração Pública: O Processo de Inovação na Administração Pública Federal Brasileira Visto pela Experiência do “Concurso Inovação na Gestão Pública Federal”	Luciana Jacques Faria
2 / 2009 / APS632	Artifícios adotados pelos gestores associados à presença potencial do contingenciamento orçamentário e financeiro da união: a esfera de poder e o órgão de vinculação importam?	José Antonio Gouvêa Galhardo, Cláudio Parisi, Anísio Candido Pereira, Aldy Fernandes da Silva
3 / 2009 / APS729	Instrumentos de política ambiental: uma abordagem crítica da articulação político-institucional para a sua implantação na gestão ambiental empresarial no Brasil	Luis Peres Azevedo, Maria Gracinda Carvalho Teixeira
4 / 2009 / APS1113	Avaliação de desempenho na Polícia Militar do Espírito Santo	José Dirceu Pereira
5 / 2009 / APS1125	As Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 4.320/64: a análise de resultados como uma forma de contribuição ao Gestor Público em sua Tomada de Decisões	Roseli Costa Bonifácio, Gabriela Bonifácio Cardoso, Paula Bonifácio Barcelos, Ernesto Fernando Rodrigues Vicente
6 / 2008 / APSA383	O Desafio da Formação do Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro: Utopia ou Realidade Possível?	Marcio Pereira Basilio
7 / 2008 / APSB887	Uma Análise Da Política Pública De Assistência Técnica E Extensão Rural Existente No Estado Do Rio De Janeiro Aos Produtores De Leite: O Caso Emater-Rio	Marcio Silva Borges, Renato Linhares de Assis
8 / 2008 / APSB2367	Análise do plano de desenvolvimento turístico no estado do maranhão: potencialidades e entraves na gestão de pólo turístico em município estratégico	Saulo Ribeiro dos Santos, Maria Gracinda Carvalho Teixeira
9 / 2008 / APSC2104	Mineração de Gemas, APLs e Sustentabilidade: O Caso do APL de Opalas em Pedro II (Piauí)	Bruno Milanez, José Antonio Puppim de Oliveira
10 / 2008 / APSC3013	Sustentabilidade Empresarial: Avaliação do Equilíbrio Socioeconômico e Ambiental da Empresa Natura Cosméticos S.A.	Pedro Henrique Duarte Oliveira, Solange Garcia dos Reis
11 / 2007 / APSA2261	O Processo de Implantação da Gestão de Projetos em Órgãos Públicos: um Estudo de Caso na Prefeitura Municipal de Dourados/MS.	Renato Fabiano Cintra, Saulo Fabiano Amâncio Vieira
12 / 2007 / APSB1952	Condicionantes para a Implementação de uma Política Ambiental – o Caso do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte	Estela Najberg, Nelson Bezerra Barbosa
13 / 2007 / APSC459	Fortalecimento institucional de organizações indígenas	Vera Lúcia de Almeida Corrêa, Fernando Filardi
14 / 2007 / APSA2046	Governança em Redes: Estudo de Caso em uma Rede de Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Rua	Autoria: June Alisson Westarb Cruz, Roberta da Rocha Rosa, Roberto Ari Guindani, Tomas Sparano Martins
15 / 2007 / APSC548	Integração entre a Gestão Ambiental e o Planejamento Estratégico no Segmento de Petróleo e Gás	Autoria: Luiz dos Santos Lins, Alessandra Magrini, Raimundo Nonato Sousa

		da Silva
16 / 2006 / APSB888	A Política Pública de Turismo no Rio Grande do Norte: um Estudo dos Impactos Econômicos e Socioculturais na Grande Natal	Autoria: Joyce de Souza Gonçalves, Lia Sales Serafim
17 / 2006 / APSC1972	Gestão de Recursos Humanos no Terceiro Setor: Um Estudo Descritivo das Organizações de Belo Horizonte	Lilian Bambirra de Assis, Ivan Beck Ckagnazaroff, Débora Nacif de Carvalho
18 / 2006 / APSB2493	Um Modelo de Políticas Públicas Gerador de Renda, que Inclui os Marginalizados pela Informalização e Precarização do Trabalho: Uma Experiência Promovida pela Prefeitura Municipal de São Paulo.	Autoria: Antonio Del Maestro Filho, Rogério Braga Silveira
19 / 2006 / APSC2308	Os Discursos da Responsabilidade Social nas Organizações e a Incorporação da Temática Ambiental: o Caso de Uma Empresa de Telefonia	Alexandre de Padua Carrieri, Alfredo Rodrigues Leite-da-Silva, Thiago Duarte Pimentel, Diogo Junqueira de Castro
20 / 2006 / APSC576	Responsabilidade Social Corporativa Segundo o Modelo de Hopkins: Um Estudo nas Empresas do Setor Energético do Nordeste Brasileiro	Wilton de Medeiros Daher, Marcelle Colares Oliveira, Vera Maria Rodrigues Ponte, Bruno Cals de Oliveira
21 / 2005 / APS-B1970	O Grande ABC Paulista: Políticas Públicas e Perspectivas de Desenvolvimento de um Arranjo Produtivo do Plástico	Marcia Marisa Corrêa, Eduardo de Camargo Oliva
22 / 2005 / APS-C1142	Benefícios do capital social: A experiência da Escola de Voluntários da Celpe	Simone de Lira Almeida, Silze Anne Gonçalves Lins, Rezilda Rodrigues Oliveira
23 / 2005 / APS-C906	Programa Berimbau: Iniciativa Político-institucional de Regulação de Conflitos Socioambientais na Área de Influência de Costa do Sauípe-Ba	José Célio Silveira Andrade, Maria Teresa Franco Ribeiro, Maria de Fátima Barbosa Góes, Fabiana Rezende Abreu
24 / 2005 / APS-B2081	A Aplicação do Conceito de Poder Brando (<i>soft power</i>) na Política Externa Brasileira	Ronaldo Guimarães Gueraldi
25 / 2005 / APS-C850	Gestão Ambiental como Prática Social em uma Organização Produtora de Celulose: Uma Análise Interpretativa	Beatriz Christo Gobbi, Mozar José de Brito

Fonte: autoria própria

¹ Os autores e respectivos textos referidos são os seguintes: GIL, A. C. (**Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999), que classifica a pesquisa documental como um entre sete possibilidades de delineamento de pesquisa; SANTOS, A. R. (**Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP & A, 1999), cuja tipologia propõe a classificação das pesquisas “quanto aos objetivos”, “aos procedimentos de coleta”, na qual elenca a pesquisa a documental e outros nove procedimentos, e quanto às “fontes de informação”; e VERGARA, S. C. (**Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1997), que classifica as pesquisas “quanto aos fins” (são seis tipos) e “quanto aos meios” (com dez tipos, entre os quais a documental).

² “Administração Pública e Gestão Social” foi a denominação adotada entre 2005 e 2009 pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Anpad) para designar uma de suas divisões acadêmicas, na qual são apresentados os estudos que compreendem variada gama de preocupações temáticas relacionadas a questões que abrangem desde as relações Estado-sociedade e gestão das políticas públicas de uma forma geral até a administração das organizações e a gestão de iniciativas não-estatais com atuação na esfera pública, como é o caso daquelas vinculadas ao terceiro setor.

³ Para esta pesquisa, foram “baixados” os 1.302 artigos relativos à divisão de administração pública (e respectivas sub-áreas para os mesmos 14 anos, e com a ferramenta de localização disponibilizada pelo software Adobe Reader (versão 9.1.0) foram verificados todos os textos que contém a expressão-chave “document” (que permitiria localizar as palavras documento e documental inclusive nos textos também em inglês e espanhol).

⁴ Os autores excluíram da amostra selecionada os 272 trabalhos publicados no mesmo ano que consideraram como ensaios: “Alguns dos trabalhos foram definidos por seus autores como pesquisas, mas não foram assim considerados no presente trabalho. Foram os trabalhos fundamentados apenas em fontes bibliográficas. Embora possam ser consideradas pesquisas num sentido amplo, devem ser mais apropriadamente definidas como ensaios. Apesar de existirem trabalhos elaborados exclusivamente a partir de fontes bibliográficas, há os que podem ser considerados como pesquisas rigorosamente científicas” (GIL, LICHT & OLIVA, 2005, 50).

⁵ Pode-se argumentar que o fato dos artigos apresentados à ENANPAD terem tamanho limitado – no máximo 16 páginas – faz com que em muitos trabalho a seção metodológica tenha seu tamanho reduzido. Ainda assim, acredita-se que este estudo mantém sua validade: os limites de páginas também fazem com que o autor do trabalho tenha que priorizar o que considera realmente relevante em seu trabalho, no mínimo demonstrando assim a pouca importância no cuidado em relatar os procedimentos da pesquisa documental.

⁶ Praticamente todos os textos revisados citam também o uso da pesquisa bibliográfica de forma a embasar a parte teórica dos trabalhos. Pela sua ubiquidade, não se considerou necessário promover essa discussão na parte principal deste artigo.

⁷ Pois há alguns que fazem uso da análise de conteúdo para as entrevistas, e não para os documentos.